

## APRESENTAÇÃO

No encerramento do ano de 2015, este número 40 consolida as inovações da nossa Revista Jurídica, que passou a ser quadrimestral e conta sempre mais com a contribuição de autores provenientes de outras regiões do país e de outros países, firmando a internacionalização da Revista e a sua relevância como meio de difusão científica de excelência e de diálogo transnacional sobre temas contemporâneos que afetam o Direito e os direitos.

A ênfase desta edição se concentra nas relações entre o(s) direito(s), ambiente, cultura e desenvolvimento. São enfatizadas as diferentes perspectivas em que a questão ambiental e a questão cultural no mundo hodierno podem ser aproximadas, e ganham destaque, portanto, os temas da alteridade, das políticas de migrações, da memória, da proteção do patrimônio cultural e da propriedade intelectual, da produção e socialização da cultura, da responsabilidade civil e penal em matéria ambiental e dos conhecimentos disciplinares para as operações do Direito. A intenção de contribuir para a reflexão jurídico-científica crítica e criativa e promover diálogos interculturais e interdisciplinares voltados para a sustentabilidade socioambiental e a proteção de direitos, compõem o eixo que articula todos os artigos desta edição.

No artigo que abre esta edição, *A proposito della nostra alterità. brevi considerazioni teoriche e richiami alla politica dell'esclusione*, (A propósito da nossa alteridade, breves considerações teóricas e acenos à política de exclusão) o Professor Mario Longo, da Universidade do Salento, Itália, referência internacional no âmbito das teorias sociais, apresenta o resultado das atividades de pesquisa que focalizam o individualismo e alteridade e as metodologias qualitativas. O artigo analisa a dimensão teórica e política da alteridade. Enfatizando que os conceitos das ciências sociais são representações parciais do mundo e que os processos de globalização tornam o Ocidente sempre menos central em nível econômico, social e cultural, Mario Longo oferece relevantes chaves de leitura para a reflexão crítica sobre as políticas de migrações na Itália e na Europa e sobre a forma com que o Ocidente compreende o estrangeiro: como emblema da própria perda de centralidade.

A seguir, outra prestigiosa contribuição da Universidade do Salento, *Sviluppo, ambiente e memoria post-industriale* (Desenvolvimento, ambiente e memória pós-industrial) de Marta Vignola, também pesquisadora do *Department of European Union & Mediterranean Law* e do *Euro-Mediterranean University Institute* – EMUI, Universidad Complutense di Madrid. O artigo, fruto de uma pesquisa sobre os

modelos passados de desenvolvimento no sul da Itália e a sua repercussão no presente e futuro da cidade de Taranto, propõe uma análise que encontra suas bases em uma reconstrução da memória dos processos de industrialização, através do estudo da literatura científica pertinente, da observação etnográfica e da coleta de histórias de vida. A partir da dimensão espacial da memória, Marta Vignola oferece subsídios muito interessantes para a reflexão sobre as formas de decodificar uma cidade e seus espaços, que podem assumir diferentes conotações a partir das nuances dadas pelas identidades diversificadas, pelos olhares de diferentes gerações, condições sociais e de gênero. No estudo de caso específico, a cidade se caracteriza por um processo de naturalização e personificação da *Fábrica*. Taranto torna-se, assim, metáfora da modernização capitalista que sacrificou não só paisagens e meio-ambiente, como também empenhou e imolou vidas humanas em prol do sonho nunca realizado de um crescimento econômico, cultural e social.

A relação entre desenvolvimento, meio-ambiente e cultura também permeia o artigo do Professor e Pós-doutor em *Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, Silvio Pinto Ferreira Junior da Universidade Cruzeiro do Sul, de São Paulo. A análise proposta em *Cidades (sustentáveis?), lazer e turismo nas Cartas Patrimoniais ao longo do século XX*, ressalta a importância da valorização da cultura no contexto do crescimento e desenvolvimento das cidades ao longo do século XX e oferece pertinentes reflexões sobre as Cartas Patrimoniais no contexto da sociedade capitalista voltada ao trabalho, mas também ao lazer, turismo e grandes eventos e a importância da mobilização de países do mundo inteiro para salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial.

Continuando na direção das complexas questões que envolvem o meio-ambiente, o artigo de Sólton Cícero Linhares e Daniele Aparecida de Oliveira, *O conceito construtivista de culpabilidade e a responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais. Uma análise através da figura do Compliance Programs*, apresenta os resultados de pesquisas desenvolvidas na Pontífice Universidade Católica – PUC do Paraná. Tendo como marco a Teoria dos Sistemas Operativos de Nicklas Luhmann o artigo analisa a responsabilização da pessoa jurídica em crimes ambientais e os Programas de *Compliance* pertinentes, trazendo observações importantes para a implementação de políticas constitucionais direcionadas a este escopo, especialmente no que tange a dissonância entre as previsões constitucionais, as disposições do direito penal brasileiro e as ações implementadas pelo Estado e a sociedade civil para conter, fiscalizar e prevenir os riscos ambientais e econômicos, em particular no que tange a responsabilização e penalização das pessoas jurídicas por crimes ambientais.

Enquadrando a temática ambiental no âmbito civil e no contexto regional de Santa Catarina, o artigo do Professor Nicolau Cardoso Neto e do pesquisador Hélio Sabel, *Responsabilidade e*

*meio ambiente: análise do desastre ambiental ocorrido em 2008 no Morro do Baú em Ilhota (SC)*, apresenta o resultado de pesquisas realizadas na Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS e na Universidade Regional de Blumenau – FURB, no âmbito do Doutorado interinstitucional DINTER UNISINOS/FURB e dos grupos de pesquisa da nossa Universidade. Ao escopo de contribuir para a compreensão da responsabilidade civil objetiva em matéria ambiental e analisando o caso do desastre ocorrido em novembro de 2008 na localidade do Morro do Baú em Ilhota, os autores questionam se o estado, que não age preventivamente de forma a evitar dano ou desastre, pode solidarizar-se quanto à responsabilidade civil pelos danos decorrentes de desastres. Para subsidiar a análise são examinados institutos inerentes ao Direito Civil e Ambiental, com o objetivo de demonstrar que o ente público, com respaldo na responsabilidade objetiva, sem culpa, pode responder solidariamente pelos danos ambientais causados à comunidade.

A reflexão sobre a cultura e as culturas, os direitos culturais, os bens culturais e a sua produção e socialização são o foco das duas contribuições seguintes. No artigo *Ley Española de Propiedad Intelectual: relaciones de poder en el juego de lo cultura* (Lei Espanhola De Propriedade Intelectual: relações de poder no jogo do cultural), os professores e pesquisadores, Noelia Cámeron Núñez, Jesús Abellán Muñozes Antonio Delgado Baena, apresentam os resultados de pesquisas desenvolvidas junto ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento e no Doutorado em Ciências Jurídicas e Políticas, na Universidade Pablo de Olavid de Sevilha, Espanha. Partindo do pressuposto que a Propriedade Intelectual se constitui como um dos temas fundamentais no momento de entender os processos de desigualdade em nível mundial, o artigo aborda esta temática na sua relação com a cultura através de uma análise crítica da Lei Espanhola de Propriedade Intelectual. Apresentando reflexões e questionamentos sobre as relações de poder refletidas no texto desta Lei e os discursos dominantes que nela se articulam, a profícua análise proposta se apoia em conceitos trabalhados a partir das teorias críticas, em uma clara aposta que segue no sentido de defender a livre criação e o direito de acesso à cultura.

No artigo *O signo pirata na sociedade contemporânea: entre o oportunismo e o idealismo* os Professores Wilson Engelmann e Alejandro Knaesel Arrabal apresentam o resultado parcial de pesquisas desenvolvidas no Doutorado em Direito junto à Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS e no âmbito do Grupo de Pesquisa JUSNANO/CNPq. O artigo analisa a ambivalência do signo Pirata configurada entre a moral do oportunismo e o idealismo libertário da cibercultura. Focalizando o debate sobre aspectos contemporâneos da pirataria, explora a construção histórica do signo pirata em sua representação ambígua: do simbólico que traduz o oportunismo ilícito ao idealismo que procura

legitimar a ruptura do modelo vigente de propriedade intelectual em prol do livre acesso ao conhecimento e à cultura.

No fechamento desta edição, as reflexões se voltam para a necessária rearticulação da cultura jurídica através de uma abertura cognitiva do Direito para outras áreas do saber.

No artigo *Tratamento do conflito jurídico familiar e o novo código de processo civil: contribuições dos conhecimentos disciplinares para as operações do direito*, os professores Giselle Marie Krepsky e Leonel Severo Rocha e a pesquisadora Daniela de Souza e Silva, apresentam os resultados de pesquisas de Pós-graduação realizadas na UNISINOS e na FURB. O artigo focaliza o tratamento do conflito jurídico familiar no contexto de algumas inovações apresentadas pelo Novo Código de Processo Civil de 2015 e a necessidade de uma observação policontextual e interdisciplinar do fenômeno, a partir do conhecimento produzido pelo Direito e por outros subsistemas sociais. Propondo uma observação sistêmica deste fenômeno, o objetivo da revisão bibliográfica apresentada é analisar a possibilidade de contribuição do conhecimento de outras áreas do saber e quais os possíveis enfrentamentos que os operadores do Direito terão a partir desta nova concepção do conflito. Na conclusão o artigo oferece oportunas reflexões sobre os limites da abertura cognitiva do Direito no contexto multidisciplinar.

Agradecendo a preciosa contribuição dos autores e no auspício de que a ciência jurídica, as políticas constitucionais e as instituições democráticas cumpram o seu papel na garantia dos direitos e na promoção de ações voltadas para sustentabilidade socioambiental em prol de um futuro ambientalmente sustentável, socialmente justo e culturalmente rico, desejamos a todos boa leitura e um excelente 2016!

Os Editores

**Prof. Dra. Milena Petters Melo**

Coordenadora

e

**Prof. MSc. Alejandro Knaesel Arrabal**